

## Mata Atlântica perdeu 48,6 mil hectares em dez meses, aponta relatório



*MPRS/Divulgação*

Entre janeiro e outubro de 2022, a Mata Atlântica perdeu 48.660 hectares, por desmatamento. Somente entre os meses de agosto e outubro, a área desflorestada foi de mais 6.850 hectares. Os dados são do novo boletim do Sistema de Alertas de Desmatamento (SAD) Mata Atlântica, divulgado hoje (31), pela Fundação SOS Mata Atlântica.

O SAD Mata Atlântica resulta de uma parceria entre a fundação, a Arcplan e o Projeto de Mapeamento Anual do Uso e Cobertura da Terra no Brasil (MapBiomas), que contribui com a ferramenta de MapBiomas Alerta. O sistema capta notificações de todo o mapa do bioma, que compreende 17 brasileiros. Ao todo, durante o período de dez meses, foram emitidos 6.378 alertas e, entre agosto e outubro, 1.117.

Entre janeiro e outubro, os estados com maior área desmatada do bioma foram Bahia e Minas Gerais, com 15.814 e 14.389 hectares, respectivamente. O Piauí aparece em terceiro lugar na lista, com 6.232 hectares.

A fundação ressalta que os dados apontam a concretização do aumento gradual do raio de desmatamento na Mata Atlântica, assim como em outros biomas do país. A entidade pondera, ainda, que, em todos os casos, independentemente do bioma, a devastação está relacionada à expansão agropecuária e a falhas na fiscalização e no combate ao desmatamento, "o que também marcou 2022 em todo o Brasil".

Nos primeiros dez meses de 2022, as atividades agrícolas responderam por 86,4% da área derrubada. Na Bahia, a proporção foi de 73,2%; em Minas Gerais, de 93,4%; e, no Piauí, de 64,5%.

### Sofisticação de método

O processo feito pela equipe do SAD Mata Atlântica tem uma série de etapas. O sistema utiliza uma classificação automática de indícios de desmatamento baseado na comparação entre imagens de satélite Sentinel 2 (10 metros de resolução). Os focos de potencial desmatamento são enviados

ao MapBiomas Alerta. Lá, são validados mensalmente, refinados e auditados individualmente, em imagens de alta resolução.

Cada desmatamento confirmado é cruzado com informações públicas, incluindo as propriedades do Cadastro Ambiental Rural (CAR), embargos e autorizações de desmatamento do Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais (Sinaflor), do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Depois, a informação confirmada fica disponível em uma plataforma única, aberta, que monitora todo território brasileiro.

Um aspecto de destaque, relativo ao boletim, é como o método do SAD amplia a varredura das áreas de desmatamento. O sistema é capaz de identificar indícios da derrubada de árvores a partir de 0,3 hectare, tornando visíveis focos que passam despercebidos por outros sistemas, como o Atlas da Mata Atlântica, concebido como parceria entre a SOS Mata Atlântica e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), que monitora áreas acima de 3 hectares.

Dos mais de 6 mil alertas emitidos durante os dez meses de análise, 63% foram de áreas com dimensão entre 0,3 e 3 hectares. A maior área desmatada (72%) está concentrada em 846 perímetros com mais de 10 hectares.

Em entrevista concedida à **Agência Brasil**, o diretor executivo da SOS Mata Atlântica, Luis Fernando Guedes Pinto, comentou o significado do monitoramento do SAD. Segundo ele, agentes responsáveis pelo desmatamento têm aprendido a burlar os sistemas de detecção.

***“É UMA INICIATIVA NOVA DE MONITORAMENTO DE DESMATAMENTO NA MATA ATLÂNTICA, PORQUE AGORA A GENTE ESTÁ ENXERGANDO DESMATAMENTOS BEM PEQUENOS”, DISSE. “O OBJETIVO É QUE ELE POSSA AUXILIAR A AÇÃO RÁPIDA DE FISCALIZAÇÃO E DESMATAMENTO E ATÉ CAUSAR A INTERRUPTÃO DE UM DESMATAMENTO DETECTADO.”***

“A gente está enxergando mais desmatamento do que antes. Os estados líderes de desmatamento são caracterizados por desmatamentos muito grandes. A grande diferença é em estados como Paraná e Santa Catarina, onde a produção agrícola, os proprietários de terra, já tinham aprendido que a gente só enxergava desmatamento acima de 3 hectares e passavam a fazer pequenos desmatamentos todo ano, iam comendo a floresta pela borda. Isso era invisível para as imagens de satélite e agora, com esse novo método, a gente passa a enxergar esses desmatamentos mesmo feitos em áreas pequenas e percebe que, na sequência, vêm a agricultura e as pastagens”, destacou.

Quanto às especificidades de São Paulo, o diretor da fundação pontua que o estado tem “participação relativamente pequena” no desmatamento. As principais regiões afetadas, acrescenta ele, são o Vale do Ribeira e a região metropolitana de São Paulo, em que se observa um desmatamento associado a loteamentos e novas construções. “Muitos desses desmatamentos acontecendo, inclusive, em áreas mananciais e protegidas pela Lei da Mata Atlântica [Lei nº 11.428/2006]”, finaliza.